

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE NOVEMBRO DE 1996

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares e Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, do Senado e da Câmara dos Deputados; Senhoras e Senhores;*

Estou aprovando, hoje, a Política de Defesa Nacional proposta pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As idéias nela contidas são conseqüência de uma análise completa dos quadros nacional e internacional nos dias atuais e de cenários a médio prazo.

Assim, concluiu-se que ela deveria centrar-se numa postura estratégica dissuasória, de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional; rejeição à guerra de conquista; busca de solução pacífica de controvérsias, com uso da força somente como recurso de autodefesa.

A natureza preventiva da defesa brasileira valoriza a ação diplomática como primeiro instrumento de antecipação aos conflitos ou de

sua solução e a existência de uma estrutura militar com eficaz credibilidade dissuasória.

Porém, a defesa não se restringe à responsabilidade dessas duas áreas. Ela envolve toda a sociedade civil e os órgãos do Governo e do Estado, única forma de contar com todas as forças materiais e morais para atender aos objetivos de garantia da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; de garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas, de preservação da coesão e da unidade da Nação; de salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros; de consecução e manutenção dos interesses brasileiros no exterior; de projeção do Brasil no concerto das Nações e sua maior inserção no processo decisório internacional e de contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

A concretização desses objetivos requer que se implemente uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de autoproteção. E depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades, nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática.

Nesse processo, conta-se com o reconhecido espírito profissional das Forças Armadas, para conciliar os requisitos de defesa com as disponibilidades de meios, mediante a aprovação de recursos pelo Congresso Nacional e com o envolvimento do segmento acadêmico, do segmento científico e tecnológico e do segmento industrial do País.

A prioridade que o Governo vem dando à estabilização da economia e ao atendimento dos programas sociais, sem atender plenamente às necessidades de reequipamento dos órgãos de defesa, deve-se, em grande parte, ao verdadeiro anel de paz construído em torno do País.

O fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua por-

tuguesa e a consolidação da zona de paz e cooperação no Atlântico Sul viabilizam essa concentração de esforços.

É preciso, todavia, não esquecer que persistem zonas de instabilidade, que podem contrariar os interesses brasileiros. A ação de bandos armados, que atuam em países vizinhos, nos limites da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos que devem ser motivo de atenção das estratégias decorrentes dessa política de defesa.

Dentre outras razões, foi, também, em atenção a esses aspectos que fiz inserir nas diretrizes para a consecução dos objetivos da política de defesa a proteção da Amazônia, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar e dos órgãos estimuladores de desenvolvimento e a priorização de ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste. E tudo isso com absoluto respeito ao meio ambiente e às populações locais.

Eis aí algumas considerações sobre a nossa política de defesa, que hoje divulgo para a Nação e para os países amigos, por intermédio dos senhores Embaixadores aqui em Brasília e de nossas embaixadas no exterior.

Ela, esta política de defesa, não se esgota nas páginas do fascículo que estamos preparando e que servirá de orientação para uma política militar brasileira e de guia para a adaptação das partes das políticas setoriais já existentes.

Vejo como um dos seus maiores méritos a criação de condições para a integração de estratégias e planejamento e, em conseqüência, para a otimização de esforços e recursos.

Eu queria acrescentar que é o momento, também, para agradecer a todos aqueles que colaboraram na elaboração desta política de defesa, aos ministérios militares, à Chefia da Casa Militar, mas também ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Ministério das Relações Exteriores.

Creio que este foi um passo muito importante para definirmos uma política de defesa que tivesse, como tem esta atual, o apoio do conjun-

to do Governo e que vise a articular o conjunto da Nação num esforço que só terá êxito, como terá, se for compreendido nessa forma.

Política de defesa é uma política do Governo e ela se baseia numa aspiração que é do conjunto da Nação. E os demais, os integrantes dessa política, notadamente as Forças Armadas, os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e de Assuntos Estratégicos, são a expressão dessa vontade coletiva.

Não sei se em outros momentos na história do Brasil houve a possibilidade de um encontro de vontades tão auspicioso como o atual. Mas eu queria assinalar que, para o Presidente da República, é uma satisfação termos conseguido dar esse passo. E quero agradecer, muito vivamente, àqueles que por esses objetivos se empenharam.

Retomando ao texto, eu desejo que, no campo externo, essa política de defesa seja mais um instrumento da nossa diplomacia, artífice permanente da paz e do respeito internacional que nos envolvem, para reafirmar a nossa índole pacífica e soberana.

Com a remessa oportuna de exemplares da Política de Defesa Nacional aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, faço um gesto não só de apreço e respeito aos poderes Legislativo e Judiciário, mas também de simbolismo do envolvimento de toda a Nação nessa consecução de uma política de defesa, como acabei de afirmar.

Mais uma vez agradeço imensamente a todos os senhores.

Muito obrigado.